

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: DESAFIOS

Marieta de Moraes Ferreira

A proposta deste trabalho é analisar os problemas relativos à afirmação da noção de *história do tempo presente* e ao uso, pelos historiadores, de testemunhos diretos.

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.

O que alterou esse quadro? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um objeto problemático? O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do *passado* e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa.

Iremos examinar aqui como o uso dos testemunhos diretos, valorizado pela historiografia da Antiguidade clássica, foi desqualificado pela historiografia na segunda metade do século XIX e restaurado neste século pelos historiadores que defendem a validade do estudo do *tempo presente*. Esse processo ocorreu em numerosos países, mas iremos nos concentrar sobre o caso francês.

Iremos ainda discutir os problemas metodológicos colocados pelos testemunhos diretos para os historiadores dos períodos recentes e as alternativas possíveis para enfrentá-los.

1. O nascimento do *métier* de historiador e a emergência da visão retrospectiva

Até 1880, a história, na França, era uma disciplina sem real autonomia, dominada pela literatura e pela filosofia e subordinada ao jogo político das conjunturas. A pesquisa histórica estava sob o controle dos eruditos tradicionais, hostis à República, e não havia um ensino especializado de história. A ausência de formação para a pesquisa histórica explica a grande heterogeneidade de normas para a prática científica (Noiriel, 1990).

Gabriel Monod, fundador da *Revue Historique* (1876), declarava no primeiro número dessa revista que quase todos os seus predecessores eram autodidatas. Dois tipos de pessoas se destacavam como autores dos livros de história. Nas cidades, eram os profissionais liberais, notadamente os advogados, que faziam o papel de historiadores; no mundo rural, eram os quadros da sociedade tradicional, membros da Igreja e da nobreza, que dominavam o campo (Carbonell, 1976). Esses historiadores amadores eram muito numerosos e organizados, e inseriam-se nas *sociétés savantes* que se consagravam à escrita e ao estudo da história, sendo subvencionados pelo Comité des Travaux Historiques e pela Société d'Historie de France, fundada por Guizot. A história era igualmente valorizada pelas mais veneráveis instâncias da cultura francesa, que eram a Académie des Inscriptions et Belles Lettres e a Académie Française, notadamente por todos os prêmios que elas atribuíam aos melhores livros de história.

Foi somente no começo da III República, nos anos 1870, que o lugar da história na sociedade francesa se alterou, e as regras e práticas do *métier* foram fixadas, num imenso esforço coletivo para romper com o antigo estado de coisas. Preocupadas com a utilização política que os conservadores faziam da história, as novas elites republicanas se empenharam desde sua chegada ao poder em assumir o controle das instâncias de produção da memória coletiva do país. Para atingir tal objetivo, elas precisavam se apoiar no grupo de intelectuais que até então lhes tinha sido mais favorável: o dos professores universitários saídos da École Normale Supérieure. Mas, contraditoriamente, para conquistar a confiança desses professores, a República devia aceitar sua aspiração à autonomia profissional (Charle, 1998).

De 1870 à 1914 ocorreu uma brutal institucionalização da universidade literária e científica, o que ilustrava a vontade dos governantes republicanos de reforçar o controle do Estado sobre o ensino superior, num momento em que os

projetos universitários católicos se multiplicavam. Para estimular e consolidar os futuros profissionais, o governo republicano instituiu um sistema de bolsas que oferecia a vantagem de transformar profundamente a natureza do público universitário. Assim, a história passou a ocupar um espaço decisivo na nova política universitária colocada em curso pela III República desde o fim dos anos 1870. A promoção fulgurante da nova geração de historiadores “normalistas”, tradicionais rivais dos arquivistas de École de Chartres, encontrava sua razão política. A. Rambaud, discípulo de Monod na École Normale Supérieure, foi conselheiro de Jules Ferry para reformas educacionais; Ernest Lavissee, diretor do ensino superior, foi o idealizador da Reforma da *Agrégation*; Charles Seignobos foi a eminência parda dos programas escolares de 1902 (Keylor, 1975).

Foi nesse quadro de afirmação dos historiadores profissionais que se colocou uma condição indispensável para se fazer uma história científica – a visão retrospectiva. O que, exatamente, queria dizer isso?

A afirmação da concepção da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se se acreditava que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Desde que um evento era produzido ele pertencia a história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados (Noiriel, 1998).

Antonie Seignobos, co-autor, junto com C. Langlois, de *Introduction aux études historiques*, manual publicado em 1897 definindo as regras de escrita da história, pretendia divulgar os procedimentos e princípios da prática da história científica entre os jovens estudantes e historiadores. Na sua definição, a história tinha como objetivo descrever “por meio de documentos” as sociedades passadas e suas metamorfoses. O documento e sua crítica eram assim essenciais para distinguir a história científica da história literária (praticada pela geração precedente), ou seja, os profissionais dos ensaístas.

Para Seignobos, a prática científica da história deveria ficar restrita ao ensino superior e aos períodos recuados. Na sua concepção, para escrever a história contemporânea, as regras da *méthode historique* seriam impraticáveis (Prost, 1994). Os historiadores de profissão deveriam portanto rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível afastar os amadores.

A separação entre passado e presente colocada dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas. Assim, os historiadores recrutados pelas universidades no século XIX eram especializados na Antiguidade e na Idade Média, períodos que exigiam o domínio de um conjunto de procedimentos eruditos. Com isso pretendia-se impor critérios rígidos que permitissem separar os verdadeiros historiadores dos amadores.

O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. Esse campo dos estudos históricos acabou transformando-se em monopólio dos historiadores amadores. A explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo na verdade concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política.

Algumas iniciativas foram feitas no sentido de romper essa barreira e ampliar o espaço temporal dos estudos históricos. Em 1898, por exemplo, foi criada a Association d'Histoire Moderne et Contemporaine. Mas, em grande medida, a interdição dos estudos dos períodos recentes foi mantida.

Essa divisão de trabalho colocou no entanto alguns problemas para os historiadores profissionais partidários das idéias republicanas. Com sua postura de rejeição do presente, a preservação da memória nacional francesa ficava a cargo dos conservadores anti-republicanos que, através de manuais escolares e de obras de vulgarização, naturalmente difundiam uma versão contrária ao novo regime.

Para enfrentar tal situação foram criadas na Sorbonne, no final do século, cadeiras dedicadas à história contemporânea cujo objetivo principal era difundir junto a um público amplo uma visão do período recente favorável aos republicanos. Professores como Alfred Rambaud, Ernest Lavisse, Alphonse Aulard, não foram escolhidos para chefiar essas cadeiras apenas por sua competência no domínio considerado, mas porque eram os mais zelosos sustentáculos do novo regime.

A história contemporânea passou a ter um caráter essencialmente pedagógico, mas sua prática escapava às regras básicas do método histórico científico. Os historiadores profissionais republicanos diziam que a história contemporânea tratava de eventos muito próximos e não era possível separá-la da política.

Mas como justificar que historiadores profissionais como o próprio Seignobos e Lavissee escrevessem livros sobre o período recente? A resposta fornecida era que tratava-se de obras de vulgarização produzidas para o ensino secundário, que tinham caráter pedagógico e deviam formar cidadãos. Seu objetivo não era produzir fatos novos, mas divulgar interpretações novas de fatos já conhecidos. A esse argumento acrescentavam ainda esses autores que a história contemporânea, essencialmente política, se baseava em fontes oficiais. Como essas fontes eram consideradas autênticas, a crítica das fontes, própria do método histórico aplicado ao passado, podia ser dispensável (Prost, 1994).

Mais uma vez o exemplo de Seignobos é interessante. Embora fosse o principal historiador francês a se preocupar com as questões teóricas e metodológicas de sua disciplina, a produção de Seignobos não estava voltada para a academia e tampouco seguiu as regras por ele mesmo definidas. Sua trajetória foi a de um ativista político republicano e socialista cuja principal tarefa era, através de seus inúmeros manuais escolares e obras de vulgarização, fornecer uma imagem coerente do *devenir* recente da França e da Europa na busca do sentido de valores republicanos e democráticos (Charle, 1998).

A despeito da predominância da concepção de história como estudo do passado, alguns historiadores franceses como Henri Hauser iriam tentar integrar a história recente no campo da ciência histórica, buscando aplicar-lhe as regras do método histórico. Mas o sucesso dessas iniciativas foi bastante reduzido, e assim a história contemporânea tornou-se uma história sem objeto, sem estatuto e sem definição. No essencial, ela era apenas uma matéria de um programa de ensino que deveria formar cidadãos defensores da República.

Essa maneira de pensar a história em geral, e o contemporâneo em particular, foi alvo de intensos debates na virada do século entre historiadores e sociólogos (Reberiaux,). Os sociólogos ligados à Durkheim, em particular Simiand, fizeram pesadas críticas a Seignobos e ao método de pesquisa por ele concebido para garantir a objetividade. Na sua visão, o recuo no tempo não garantia a objetividade da história, pois todo historiador é tributário da sua época.

Os sucessores de Seignobos tentaram mostrar que era possível usar o método histórico para o estudo da época contemporânea. Foram Louis Halphen, Alphonse Aulard e Pierre Renouvin os autores que promoveram as primeiras experiências de pesquisa universitária sobre a França contemporânea. Essas iniciativas dos historiadores profissionais pretendiam retirar a história recente das mãos dos historiadores amadores, mas a desconfiança sobre o tempo recente permaneceu.

2. História social, história sem testemunhos

Depois de ter desfrutado de amplo prestígio, a concepção de história baseada nos pressupostos da *méthode historique* formulados pelos historiadores na segunda metade do século XIX entrou em processo de declínio.

A fundação na França da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, iria dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo da história. Em nome de uma história total, uma nova geração de historiadores, conhecida como *École des Annales*, passou a questionar a hegemonia da história política, imputando-lhe um número infindável de defeitos – era uma história elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante. Em contrapartida, esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado.

Essa nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais. As realidades do trabalho e da produção, e não mais os regimes políticos e os eventos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. O fundamental era o estudo das estruturas, em que assume a primazia não mais o que é manifesto, o que se vê, mas o que está por trás do manifesto. O que importa é identificar as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores.

Essa nova maneira de fazer história não alterou contudo a postura anterior no que diz respeito ao período de interesse e às fontes. Da mesma forma que na história dita *événementielle*, os períodos que receberam maior atenção e se tornaram alvo dos estudos renovadores foram prioritariamente o medieval e o moderno. O século XX recebeu o estigma de objeto de estudo problemático, e a legitimidade de sua abordagem pela história foi constantemente questionada. A impossibilidade de recuo no tempo, aliada à dificuldade de apreciar a importância e a dimensão a longo prazo dos fenômenos, bem como o risco de cair no puro relato jornalístico, foram mais uma vez colocados como empecilhos para a história do século XX. E ainda que Jacques Le Goff tenha apontado a conquista da história contemporânea pela nova história como uma tarefa urgente, pouco foi feito nesse sentido. O contemporâneo podia ser matéria das ciências sociais em geral, mas não da história. Com isso, a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores.

A imensa transformação que se operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, tampouco questionou a desqualificação do papel dos historiadores. Ao contrário, reafirmou-a. Ao valorizar o estudo das estruturas, dos processos de longa duração, a nova história atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Em contrapartida, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, também desqualificou o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida, das autobiografias. Condenava-se a sua subjetividade, levantavam-se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se também que os testemunhos não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que os historiadores identificados com a tradição dos *Annales* excluíram a possibilidade de valorização dos testemunhos.

Ancorada em princípios que sustentavam a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, através do que os historiadores costumam chamar de *visão retrospectiva*, ou seja, a possibilidade de trabalhar com processos históricos cujo desfecho já se conhece, a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ser comprometida. Mesmo reconhecendo, como faz Vital Naquet (1993), que todo o trabalho do historiador é engajado, e que mesmo os livros de história

antiga estavam marcados por posicionamentos políticos, acreditava-se que o distanciamento do objeto dá mais segurança no sentido de preservar o historiador das paixões políticas atuais. Eric Hobsbawm (1993) explicava suas dificuldades de trabalhar com os objetos contemporâneos, pois certamente teria de se insurgir contra certas orientações do Partido Comunista, ao qual estava vinculado.

Entretanto, na última década, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo.

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a idéia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história pode oferecer chaves para uma nova intelegibilidade do passado (Rousso, 1993).

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado.

Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (Pollak, 1993).

Essas transformações ocorridas na pesquisa histórica (em especial na França) trouxeram um grande dinamismo e renovação para o campo disciplinar da história, traduzidos numa grande vitalidade do movimento editorial, numa renovação dos cursos de pós-graduação, com aumento expressivo do número de pesquisadores e professores, e num interesse crescente da sociedade em geral pelos temas históricos.

Por outro lado, a sociedade de modo geral também tem demonstrado interesse na recuperação da memória coletiva e individual. É um fenômeno facilmente detectável a valorização das biografias e a demanda das empresas em registrar o depoimento de seus fundadores como meio de preservar sua memória.

Se, por um lado, essas transformações no campo da história podem ser avaliadas como positivas, na medida em que permitem uma reflexão histórica menos segura dela mesma mas mais viva, diagnósticos recentes de especialistas renomados chamam a atenção para a crise epistemológica que acompanha o abalo das antigas certezas dos historiadores.

O questionamento da crença num passado fixo e determinável, a perda de confiança na quantificação, o abandono de certos objetos históricos ou o questionamento de noções como mentalidade, de categorias como classes sociais, de classificações sócio-profissionais e de modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico) fizeram a história, no dizer de Roger Chartier (1993), perder a sua posição de disciplina confederadora das ciências sociais. Por sua vez, o refluxo dos grandes modelos explicativos levou a uma grande dispersão, fazendo com que as principais tradições historiográficas perdessem sua unidade, explodindo em proposições múltiplas e, por vezes, contraditórias.

Todas essas mudanças criaram um espaço novo para o estudo dos períodos recentes, abalando de vez as antigas resistências.

3. O estudo do século XX e a emergência da noção de história do tempo presente

Segundo Hartmut Kaelble (1993), as expressões *histoire du temps présent*, *contemporary history*, *Zeitgeschichte* entraram no vocabulário corrente dos historiadores mais especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando assistimos à convergência de escolas históricas na Europa.

Naquele momento não só essas expressões eram novas, como anunciavam que os historiadores pretendiam explorar as rupturas e as transições recentes da história, mais do que havia sido feito até então. Na verdade, a história do século XX já se mostrava cheia de turbulências e indicava que profundas mudanças estavam por ocorrer. Toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente.

A despeito desse crescente e permanente interesse no presente, e da afirmação desse novo campo de trabalho, a história do tempo presente encontrou dificuldades para se legitimar por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação. Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar?

Embora até hoje não se tenha firmado plenamente uma definição consensual, a denominação formulada por François Bédarida, *histoire du temps présent*, é a que parece melhor preencher os requisitos. Mas que cronologia, que evento-chave e reconhecido deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Para alguns trata-se do período que remonta à última grande ruptura; para outros trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em cheque (Voldman, 1993). Ou ainda, como afirma Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (apud Bernstein, 1993).

Na Alemanha, ainda segundo Kaelble, o ano de 1917 foi considerado um ponto de partida, pois essa data marcava o fim da longa supremacia européia e anunciava o início da era americana em virtude da entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra; além disso, era o ano da Revolução Soviética, que apontava para a emergência de um novo poder mundial. Nas décadas seguintes outros eventos fundadores foram propostos como marco inicial, tais como a crise econômica dos anos 30, a Segunda Guerra Mundial; mais recentemente, o ano de 1989 e a queda do mundo comunista se colocam como um novo ponto de partida para a história do tempo presente.

A despeito da expansão e da legitimação dos estudos do tempo presente, ainda permanecem muitas resistências à sua incorporação como objeto da história. Foi na Alemanha, e especialmente na França, que esse novo campo da história se desenvolveu mais amplamente, privilegiando os estudos do pós-guerra. O estudo do século XX ganhou maior legitimidade na França a partir da Segunda Guerra, quando foi criado o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, destinado a promover iniciativas na área de documentação e pesquisa sobre o tema. Nos anos seguintes esse interesse ampliou-se, levando os poderes públicos a tomar a decisão de criar no

CNRS um laboratório que teria por objetivo estudar o tempo presente. Nascia assim em 1978, sob a liderança de François Beédarida, o Institut d' Histoire du Temps Présent em Paris.

Na Inglaterra, ainda que a história recente tenha encontrado mais resistência para se firmar, acabou recebendo o veredicto definitivo de Eric Hobsbawn (1998): “A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio.”

Três grandes temas têm ocupado os estudiosos europeus do tempo presente: a história da construção da Comunidade Européia, a emergência do Estado providência (L'Etat-Providence) e a história dos eventos-chave, não somente nos planos nacionais, mas no conjunto da Europa.

A demanda social pelo estudo da história recente tem assim levado a comunidade dos historiadores a rever suas posições. Mesmo que a busca da “verdade histórica” permaneça a regra de ouro dos historiadores (e mesmo que se saiba que jamais se chegará a ela), e que a denúncia das falsificações deva ser preocupação constante, isso não significa a retomada de certos pressupostos tão caros aos historiadores do passado, tais como a necessidade da famosa visão retrospectiva para se conquistar maior objetividade, ou a desqualificação das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas (Bédarida, 1993).

Rompendo com a concepção que defendia a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, Roger Chartier (1993) sustenta argumento contrário, ao afirmar que, na história do tempo presente, “o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. Por outro lado, o estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas temáticas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história.

Ainda segundo Chartier, a história do tempo presente permite uma acuidade particular para equacionar o entendimento das relações entre a ação voluntária e a consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Melhor dizendo, a história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos.

Deve ser mencionado ainda que a preocupação com as denúncias das falsificações, desvios e ocultações, como princípios básicos da tradição disciplinar da história, não leva à desvalorização dos testemunhos considerados por alguns como subjetivos e distorcidos, mas pode reincorporá-los através do estudo do porquê das falsificações e dos usos políticos do passado e do presente. Pode-se também obter depoimentos orais fidedignos através de procedimentos de contraprova.

4. Conclusão

A incorporação, hoje, do tempo presente e dos testemunhos ao campo da pesquisa histórica recoloca no entanto alguns problemas do começo do século. Novamente os historiadores confrontam-se com a competição dos amadores e com o crescimento do interesse pela história política e pedagógica. Os desafios e dilemas que Seignobos enfrentou na virada do século, ao querer preservar a escrita da história para os especialistas que dominavam a *méthode historique*, ou seja, as regras do *métier*, e ao mesmo tempo atender às demandas políticas que sua militância republicana e laica exigiam, e assim produzir manuais de vulgarização para o grande público e para a escola secundária, recolocam-se hoje com toda força para os historiadores (Charle, 1998).

Como fazer valer as regras para a escrita da história científica das teses e monografias eruditas e passá-las ao manual de ensino superior e depois às sínteses para o grande público? A prática científica da história só é possível no ensino superior? Como transformar as novas aquisições inovadoras produzidas pela academia para estendê-las ao grande público? Como produzir uma história seguindo

as regras científicas e ao mesmo tempo produzir manuais necessários à formação política e cívica dos cidadãos das sociedades modernas? São estas as perguntas que hoje estamos sendo convidados a responder.

Referências bibliográficas

- BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- _____. *L'histoire et le métier d'historien en France – 1945-1995*. Paris, Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
- BERSTEIN, Serge. L' historien et le contemporain. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- CARBONELL, Charles Oliver. La naissance de la *Revue Historique*: une revue de combat (1876-1885), *Revue Historique*, n° 518, avr.-juin. 1976, p. 337-351.
- CEDRONIO, Marina (org.). *François Simiand, méthode historique et sciences sociales*. Paris, Éditions des Archives Contemporaines, 1997.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels – 1880-1890*. Paris, Ed. Minuit, 1990.
- _____. *Paris fin de siècle: culture et politique*. Paris, Seuil, 1998.
- CHARLES, Victor Langlois e SEIGNOBOS, Charles. Introduction aux études historiques (1898). Paris. Éditions Kimé, 1992.
- CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- _____. et alii. Inquiétudes et certitudes de l'histoire. *Le Débat. Histoire politique société*. Paris, n° 103, 1999.
- FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. Un historien et son temps présent. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- _____. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KAELBLE, Hartmut. La *Zeitgeschichte*, l'histoire allemande et l'histoire internationale du temps présent. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

- KEYLOR, William. *Academy and community – the foundation of the french historical profession*. Cambridge, Mass., Havard University Press, 1975.
- NAQUET, Pierre-Vidal. L'engagement de l'historien. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, Paris, n° 1, sept. 1990, p. 58-87.
- _____. *Sur la crise de l'histoire*. Paris, Belin, 1997.
- _____. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris, Hachette, 1998.
- PASSERINI, Luisa. La "lacune" du présent. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- POLLAK, Michael. L'historien et le sociologue: le tournant épistémologique des années 1960 aux années 1980. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- PROST, Antoine. Douze leçons sur histoire. Paris, s. ed., 1994.
- PROST, Antoine. *Enjeux-Seignobos revisités – Vingtième siècle – Revue d'histoire*, n° 43, juill-set 1994
- RÉMOND, Réne. *Quelques questions de portée générale en guise d'introduction*. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- REBERIOUX, Madeleine. Preface in Langlois C. Et Seignobos. Introduction aux études historiques (1898), Paris. Éditions Kimé, 1992.
- ROUSSO, Henry. La mémoire n'est plus ce qu'elle était. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- VOLDMAN, Danièle. La place des mots, le poids des témoins. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.